

DECOLONIALIDADE, MARXISMO E SERVIÇO SOCIAL

Jaqueline Maria Ribeiro da Silva¹

Resumo

O presente artigo visa abordar algumas categorias marxistas que são fundamentais para o Serviço Social, na sua relação com o tema da decolonialidade, no âmbito da ética. Partimos do pressuposto que o Serviço Social brasileiro possui uma particularidade, mas não pode estar desarticulado da realidade do Serviço Social mundial, na sua totalidade, tendo em vista os princípios comuns de defesa intransigente dos direitos humanos e a busca da emancipação humana, para assim (re)pensar o fazer da profissão, para podermos estar alinhadas e alinhados com o código de ética, com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, visando a emancipação humano e uma transformação radical da sociedade que está posta. Para explorar determinado tema, foi feito pesquisa bibliográfica, pautada no materialismo histórico-dialético, considerando a dimensão crítica. Passando por algumas categorias marxista que dão base para pensar nesse objeto, por uma breve história do Brasil, buscando trazer alguns elementos para a descolonização do saber e por fim para o papel do Serviço Social no processo de Decolonialidade e reflexão sobre a efetivação dessa prática seja no meio acadêmico e/ou profissional.

Palavras-chave: Serviço Social, Marxismo, Decolonialidade.

Abstract

This article aims to address some Marxist categories that are fundamental for Social Work, in its relationship with the theme of decoloniality, within the scope of ethics. We start from the assumption that Brazilian Social Work has a particularity, but cannot be disconnected from the reality of global Social Work, in its entirety, in view of the common principles of uncompromising defense of human rights and the search for human emancipation, in order to (re)think what the profession does, so that we can be aligned with the code of ethics, with the quality of services provided to users, aiming at human emancipation and a radical transformation of the society that is in place. To explore a certain topic, bibliographical research was carried out, based on historical-dialectical materialism, considering the critical dimension. Going through some Marxist categories that provide a basis for thinking about this object, through a brief history of Brazil, seeking to bring some elements to the decolonization of knowledge and finally to the role of Social Work in the process of Decoloniality and reflection on the implementation of this practice, whether in the academic and/or professional environment.

Keywords: Social Work, Marxism, Decoloniality.

¹ Mestranda em Serviço Social (UFPE) Integrante do Grupo de Pesquisa em raça, gênero e sexualidade Audre Lorde (UFRPE) e do Grupo de Extensão Além das Grades (UFPE). Pós-Graduada em Políticas Públicas e Políticas Sociais (ESUDA); Graduada em Letras – PORT/ING (FCE). Graduada em Serviço Social (UNINABUCO). E-mail: jaquelinერიbeiroasecon@gmail.com

INTRODUÇÃO

*Desculpa, meu amigo
Eu nada te posso dar,
Na terra que rege o branco
Nos privam até de pensar(...)
(RIBEIRO, 2017)*

Pensar o Serviço Social no Brasil e na América Latina, é um desafio, já que é preciso refletir as especificidades históricas de cada país/continente, sem desconsiderar a totalidade. Tal reflexão é necessária para uma profissão que, há mais de quatro décadas, tem o compromisso com a classe de trabalhadores e trabalhadoras, considerando toda a sua diversidade de raça, etnia, gênero, sexualidade, território, entre outros marcadores sociais.

Considerando esse comprometimento, é preciso pensar em como a profissão se coloca para compreender essas singularidades, a fim de chegar cada vez mais próxima de uma totalidade do ser e possa pensar em intervenções efetivas e transformadoras.

Assistentes sociais, majoritariamente, partilham e apoiam as lutas, formas de organização e de mobilização referentes a distintas dimensões da vida na defesa de direitos humanos e sociais e de projetos societários das classes subalternas. Estas também são nossas lutas enquanto trabalhadores especializados. (IAMAMOTO, 2022, p. 3)

Sendo assim, consonante com as mudanças e as pautas dos movimentos sociais, há uma urgência a respeito da decolonialidade, podendo ser direcionado a construção desse saber, pelo método materialismo histórico-dialético, visando realizar uma análise da conjuntura que considere as condições de vida da classe subalterna na sociedade brasileira, alvo de intervenção do Serviço Social, a perspectiva do atendimento de suas demandas e das mudanças sociais, reconhecendo as contradições postas de forma crítica.

A presente pesquisa visa, ainda que inicialmente, e reconhecendo que o presente debate ainda é algo novo na profissão, entender como leituras e práticas decoloniais podem corroborar para atingir tais objetivos (caminhar conjuntamente com as mudanças sociais). Tais indagações e reflexões são fruto de um desdobramento de questões que surgiram enquanto aluna especial do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco na disciplina Ética, Sociedade e Serviço Social, ministrada pela Professora Dra. Alexandra Mustafá.

Compreender decolonialidade e seus diversos conceitos, como aplicar nas pesquisas sociais e/ou, na prática profissional, é estar alinhadas(os) com o código de ética, com o projeto ético-político e com os Princípios Globais de Ética do Serviço Social (2018) da Associação

Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW-AIETS), com o intuito de alcançar uma sociedade que possa ser transformada, com o fim do capital que dita as relações sociais e de poder, influenciando no processo de agudização das opressões e discriminações de todos os tipos.

1. Descolonizar o saber

Em princípio, a história nos mostra que, os homens primitivos eram vítimas de outros animais e sofriam com mortes prematuras, causadas por infecção alimentar em sua maioria. A partir dessas mortes, o homem começa a pensar e desenvolver estratégias de sobrevivências de acordo com suas condições materiais da época. É possível acessar esse conhecimento devido às descobertas feitas ao longo da história. Gombrich (2001) traz à elucidação um fato histórico de que:

Um dia, em Heidelberg, na Alemanha, cavaram um buraco. Enterrado bem lá no fundo encontraram um osso. Era um osso humano. Um maxilar inferior. Ora, hoje em dia ninguém tem um maxilar tão grande com dentes tão sólidos! Dá para imaginar que um homem com um maxilar daquele era capaz de morder com muita força. Provavelmente aquele homem viveu há muito, muito tempo, senão aquele osso não estaria enterrado tão fundo debaixo da terra! (p. 20)

Através das descobertas arqueológicas, se tem uma noção do tempo em que o homem viveu, assim como a respeito de qual pudesse ser forma em que aqueles homens se organizavam em sociedade. Nesse período a coletividade foi essencial para garantir a sobrevivência, as atividades e produções eram compartilhadas, logo, se vivia o que alguns autores chamam de comunismo primitivo e essas primeiras sociedades vão viver esse tipo de sistema durante onze mil anos, o que significa dizer que o mundo tal qual conhecemos hoje, experienciou mais tempo o comunismo no seio da sociedade, do que o capitalismo (Gombrich, 2001; Raawiya, 2018).

Por outro lado, quando desmiuçamos o início da história, o mesmo autor citado conta que:

Depois dessas descobertas na Alemanha, muitas outras escavações foram feitas para encontrar outros ossos humanos. Principalmente na África e na China, encontraram ossos mais ou menos da mesma época do maxilar encontrado em Heidelberg. (Gombrich, 2021, p. 21)

É de extrema importância evidenciar esses dois fatos, para podermos pensar e analisar a sociedade pautando de maneira ética, compreendida aqui como reflexão da moral que se desenvolve com os processos sócio-históricos ou ainda como define Mustafá (2004) a ética “enquanto disciplina que reflete filosoficamente sobre o agir do homem no mundo”.

Segundo a filósofa Raawiya (2018) a história da África é a história mundial, hoje estudos comprovam que a África é o berço da humanidade, pois nas escavações citadas por

Gombrich (2021) na África e na China foram encontrados ossos humanos quase do mesmo período, o que o autor não aprofunda é que as descobertas feitas no continente africano, revela que foi o primeiro continente habitado.

Sendo assim, fazendo a associação, não é difícil perceber que quando se fala dos primeiros povos e da forma coletiva do qual viviam, estão falando de povos africanos, que deixaram para a humanidade contribuições nas ciências, filosofia, e uma forma coletiva de viver em sociedade.

Porém, vivenciamos o apagamento dessa história e contribuição, pois de acordo com Diop (1974), para oprimir um povo, existem três elementos que se deve retirar dele, a história, o idioma e a psique, pois com essas providências (Raawiya, 2018) o opressor impõe a sua história, idioma, valores, interesses e princípios para que a partir desses dispositivos possam dominar e controlar.

Essas questões irão permear toda a história, a academia, as escolas, a ciência, a sociedade, serão dominadas por um discurso universalizante a favor de uma história única, contada por aqueles que se beneficiaram da colonização, difundindo suas ideologias, opressões, através do falseamento do civilizar aqueles do qual chamavam de selvagem. Considerando selvagem pessoas/grupos que vivenciavam a sociedade de uma maneira diferente do que o Europeu considerava ser o ideal.

Com esse argumento, influem para o apagando histórico de sociedades e culturas, em prol de uma centralidade ocidental, colocada como a história do mundo, roubando identidades e idiomas, principalmente de povos negros e de povos originários, a Europa passa a dominar de diversas formas, a fim de garantir seu poder e hegemonia. Como colocado por Césaire (2020) “falam-me de civilização, eu falo de proletarização e mistificação”.

Tais conhecimentos acerca da história para além do ocidente, são essenciais para a compreensão da sociedade tal qual vivenciamos hoje e como o discurso hegemônico e a ideologia auxiliam na mistificação e falsificação histórica que se tornam entraves, para pensar a ação do assistente social que influenciados(as) por uma sociedade fundada em conceitos coloniais, acabam por reproduzir na ação profissional, uma ideologia ainda racista e limitante.

Pensando então no processo de decolonialidade como resistência política e epistêmica de povos afrodiáspóricos e na amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez que brevemente, a pesquisa se concentrará em alguns conhecimentos basilares para a profissão, trazendo para o

centro da discussão um olhar de resistência propagado por intelectuais do sul global, que compreendem a questão raça como fundante para apreensão da realidade Latino Americana.

Um dos conhecimentos-base para a profissão é o conceito de totalidade, numa perspectiva histórica, Spinoza define como uma forma de compreender a realidade, considerando as suas mais íntimas leis, e coloca luz à causalidade dos fenômenos, às conexões internas, sendo assim, coloca-se a antítese à posição do empirismo (Kosik,1976). Silva e Quintella (2014) apontam que a lógica elaborada por Hegel,

(...) parte da concepção que a negatividade e totalidade se pressupõem reciprocamente. Sem a negatividade, o todo não se põe, mas se o todo não é imanente em cada negação, tampouco a negatividade se efetiva de maneira determinada, isto é, positivamente. (p.246)

Marx encontra uma contradição nessa definição, toma como princípio a dialética e a partir desse processo, elaborado conjuntamente com o materialismo-histórico. Ele faz o oposto da dialética hegeliana na abordagem em relação à totalidade, compreendendo a totalidade como uma conexão com tudo, e que pôr fim, o todo é mais importante que as partes.

Considerando esta questão, em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, ele faz uma feroz crítica a outro conceito elaborado por Hegel, denominado de idealismo hegeliano, que se coloca oposto à concepção materialista, bem como também Marx coloca em dúvida o conceito de Feuerbach sobre o homem, que compreende este como um ser genérico, supra histórico, ou seja, que existe independente da história.

Porém, para Marx o homem é um ser social determinado pela história das relações sociais, considerando o homem historicamente em um processo contraditório. Partindo desses breves conceitos, considerando o ser social atravessado pelas relações sociais, em um processo histórico contraditório, onde a totalidade se conecta com o todo. A centralidade da razão se remonta à modernidade, tendo como base uma concepção francesa de mundo do século XVIII. Desta maneira, o marco histórico de desenvolvimento da razão é uma análise eurocentrada.

Com a Revolução Francesa, os filósofos puderam constatar a concretude da dinâmica das transformações sociais. A razão é tida como importante instrumento para apreensão do conhecimento e das mudanças ocorridas na realidade, para Abbagnano (2015) a razão fenomênica, tem como intuito compreender a “essência das coisas”, com objetivo de chegar de forma mais autêntica do que é a realidade.

Uma razão que opera sobre os dados fornecidos pelos sentidos, classifica-os, organiza-os e extrai deles as regularidades (lei), resultando disto o objeto do

conhecimento científico. Mas, esta razão terá que se manter sempre ao nível do fenomênico, pois os únicos elementos do mundo que nos são acessíveis são os dados empíricos. (Tonet, 2005, p.6)

Para o autor a razão confere a lógica ao mundo, parte dos dados empíricos e retorna a elas, mas ainda assim, não transforma os dados em uma totalidade organizada, mas sobretudo deixa para os indivíduos realizarem esse processo. O método fenomenológico dá a base para a ontologia existencialista que, para Heidegger, o ser é indefinível, já para a razão ontológica, que nasce na modernidade, a ontologia é tida como teoria geral do ser.

A ontologia do ser para Marx se relaciona com o fato histórico-social, e partirá da totalidade, para tal conceito, se fundamenta na própria atividade sensível do homem, analisando as formas de ser e existir do ser social. No entanto, para o ser social fazer história, é preciso beber, se alimentar, ter abrigo, prioridades que vão surgindo, à medida que as necessidades primárias se apresentam. Evidencia-se aqui um processo importante, o de produção dos meios, que satisfazem essas necessidades materiais.

Sendo assim, o modelo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir (Marx e Engels, 2007, p.87). Partindo dessa lógica, a ontologia do ser marxista, compreende a constituição do ser social, bem como, os acontecimentos históricos, constitutivos dos processos que correspondem às necessidades objetivas e subjetivas que vão ser atravessadas pelos determinantes históricos, pela conjuntura da sociedade, pela política, que acabam por determinar as formas de relações sociais.

1.1. Um breve Histórico da Sociedade Brasileiro: percepções coloniais e decoloniais

Desta maneira, refletir sobre a sociedade brasileira é retomar sua estrutura colonial, fundada em tráfico humano, exploração de mão de obra de pessoas nativas e pessoas negras sequestradas, colaborando com a acumulação primitiva do capital estrangeiro do sistema escravagista. Invasão por volta de 1500, os colonizadores importaram para o país violência, doenças, abusos, de modo a extrair riqueza da colônia, consolidar a metrópole enquanto poder e, em simultâneo, impor ao outro, sua realidade, tida já na época como verdade, o que nos remete à citação acima de Diop (1974), então eles desconsideraram religião, cultura e modo de organização social de outros povos. Todos que agissem ou performassem diferente do que eles esperavam, eram tidos como selvagens.

(...) ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização – portanto a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, quero dizer, seu castigo. (Césaire, 2008, p.21)

Com a citação do filósofo Aimé Césaire é possível refletir acerca de homens que a partir do centro europeu, julgavam outras realidades, nomeando os povos que encontravam, quanto mais distantes estavam da fita métrica do que poderia ser considerado civilização, eram bestializados, em nome dessa civilização, os “civilizados” acabam por agir como bárbaros, sem ao menos, conseguirem reconhecer que eles, os colonizadores, a partir dessas práticas, se tornavam os verdadeiros selvagens.

Ainda nessa passagem, quando o autor fala que a colonização e sua negação, traz como uma de suas consequências o Hitler de volta, remete ao recém-acontecimento político no Brasil, quando um país que nega o seu passado e as implicações dela, na formação social do país, elege para a presidência um homem despreparado, fundamentado em preconceitos, racismos e dogmas religiosos.

Com ações econômicas e sociais desastrosas, que por fim, fez o país voltar ao mapa da fome, com taxas elevadas de desempregos e os números de crimes cometidos por conta do fundamentalismo religioso aumentaram, o ex- presidente Jair Bolsonaro (2018–2022), trouxe ao Brasil um verdadeiro momento de trevas, tal qual uma imitação barata da idade média, pautado em um neoliberalismo que nada tinha de “neo”.

Feito o adendo, pensando na história que não é contada, não ouvimos falar da navegação de pessoas negras que chegaram muito antes na América, não se dá a devida importância quando ainda em pleno sistema escravagista negros e indígenas se colocaram contra seus opressores, criando estratégias de sobrevivência ao sistema posto, a exemplo dos Quilombos, constituído de sistema político parecido com o que vivenciavam em alguns países da África, e em meio à toda adversidade, perseguição e exploração esses povos, indígenas e africanos, vão resistir e ser resistência até o momento presente.

No que diz respeito a esse processo de colonização para Marx, o autor Herrera (2019) afirma que:

O termo colonização é mais frequentemente entendido por Marx no sentido moderno, como uma conquista militar e ocupação por parte de um poder metropolitano de territórios, com o objetivo de dominação dos povos estrangeiros e sua exploração econômica no âmbito de um império. Este termo também é, em geral, empregado como referência à expansão mundial dos

países da Europa, que se iniciou em fins do século XV, conduzindo à divisão do mundo em benefício dos centros. A colonização é, portanto, inseparável da singularidade do modo de produção capitalista. (p.43)

Marx dirá ainda que a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes, ou seja, de opressores e oprimidos, considerando ainda que o capital estrutura sua acumulação através da mão de obra escrava. Portanto, surge uma indagação: as revoltas das pessoas escravizadas e suas estratégias de libertação, assim como a negação dos povos originários em aceitar o trabalho que lhes era imposto, não foi uma revolta de classes e portanto luta de classe?

Sabemos que após a abolição, o país passa a vivenciar a modernidade, com operários estrangeiros (vale ressaltar brancos), europeus, vindo ocupar os trabalhos assalariados das fábricas, tendo uma relevante atuação para o desenvolvimento, bem como a construção da consciência de classe, se revoltando contra as condições de trabalho no país, fizeram rebeliões e lutas operárias.

No entanto, isso não significa dizer que antes da chegada dos imigrantes para ocupar os postos de trabalhos que se modernizavam no país, não existia luta e organização por parte dos trabalhadores ou consciência de classe, visto que, em Pernambuco, por exemplo, existe o sindicato mais antigo da América Latina, o Sindicato dos Estivadores, fundado por trabalhadores em sua maioria negros em 1891.

Para Passos (2021), a partir da ontologia marxista, é possível compreender como se desenvolveu o histórico da humanidade, e a partir do legado dele podemos concluir que as relações sociais, são pautadas pela produção, e o grau desta, determinará essas relações, sendo assim, o modo produzido da vida material, acaba por limitar a vida social, política, bem como intelectual. A autora sinaliza que

A necessidade de entendermos como a concepção de ser social foi forjada na modernidade, sem considerar a colonialidade e o racismo. (...) a modernidade compõe uma forma de colonização do tempo, centrando os adventos históricos em solo europeu, ocasionando uma leitura fragmentada e parcial da realidade. (Passos, 2021, p.57)

Considerando que a modernidade foi importante ao romper com o feudalismo e a Idade Média, conhecida também como idade das trevas, que desconsiderava tudo que fosse científico em prol de explicações religiosas fundadas com o intuito de garantir o poder da burguesia e defendia a bandeira de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, porém, quando a modernidade e o próprio sentindo da liberdade é apropriado pela burguesia, esse termo será estruturado a favor

do sistema capitalista que consequentemente nega o processo de colonização e o racismo, atravessando o tempo, sendo hoje o que compreendemos por colonialidade.

Losurdo (2006) afirma que “Os mais barulhentos advogados da liberdade eram os mais duros e, mais selvagens patrões de escravos” e que as leis são feitas pelos seus donos, desta maneira, eles nunca irão deixar passar uma medida que seja desfavorável a eles. Karl Marx e Friedrich Engels, anunciavam esse fato no Manifesto do Partido Comunista ao dizer que:

A burguesia, afinal, como estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda burguesia. (p.13, 2011).

O surgimento do Serviço Social acontece nesse comitê, ao pensar em uma profissão que fosse mediadora entre os capitalistas e os proletariados, não no sentido de atender as necessidades desses últimos, mas de colocá-los em um lugar de aceitação da norma. No Brasil, o Serviço Social é institucionalizado no mesmo período em que a ideologia da eugenia e miscigenação ganham força na América Latina e no mundo, tendo ainda o apoio do Estado para o projeto de embranquecimento, para atingir a redenção econômica e política (Passos, 2021).

Historicamente, o Serviço Social surge da necessidade de consolidação do mundo burguês que, com o objetivo de fortalecer o modo de produção capitalista na sua fase emergencial, se articula, estabelecendo grandes e necessárias alianças que dão origem a uma nova conjugação de forças. É, naquele momento, o modo de a sociedade burguesa incorporar a prática social como um importante instrumento de controle das desigualdades dessa sociedade. Ao nascer, a profissão estava já incorporada à estrutura da sociedade burguesa, constituída e aprisionada às exigências do processo de desenvolvimento capitalista. (Barbosa, p.66, 1997)

Santos (2018) ao estudar a definição global do Serviço Social observa que a identidade política da profissão convoca para a justiça social, direitos humanos, respeito pela diversidade, meios para alcançar a mudança social, contudo ainda é uma consciência pouco acessada, a profissão que ora surge, nesse período ainda, se torna responsável pelo ajustamento moral dos indivíduos, passando por um período em que a questão social é caso de polícia. Mesmo após a reconceituação da profissão, o país ainda passava por uma negação do racismo na sua formação social, esta concepção seria a de colonialidade.

A reflexão crítica a partir do conceito “colonialidade” pode contribuir para a complexificação da análise e da intervenção, uma vez que convoca para o cenário profissional, como protagonistas, os sujeitos invisibilizados historicamente, numa perspectiva de longa duração histórica (Braudel, 1958 apud, Barbosa, p.173, 2023).

Sendo assim, tanto o conhecimento do Serviço Social quanto a própria prática, estão carregadas ainda de uma lógica colonial que vai influenciar na compreensão da totalidade do ser, na ontologia do ser e da forma materialista histórico-dialético do qual constrói a história e que é perpassada pelo tempo, através da apropriação da modernidade por intelectuais burgueses. A autora Costa (2021) afirma que o “desconhecimento ou o entendimento acrítico acerca dos processos que modulam a vida em sociedade nos leva à sua reprodução incontestada”, elucida ainda a influência de tal ranço colonial, na prática, profissional ao se atentar a fatos como:

A dificuldade em preencher um dado básico como o quesito raça/cor é um dos sintomas sociais, de estereótipos raciais em torno das pessoas que atendemos. Isso não é necessariamente deliberado, mas tem sido naturalizado. É preciso ainda observar atentamente os desenhos das políticas sociais e observar o quanto sua formatação oculta revela a reprodução do racismo como norma. (Costa, p.103, 2021)

Enquanto profissionais de Serviço Social que lidam diretamente com as mazelas geradas pelo capitalismo, estarmos atentos e alinhados com o código de ética, o projeto ético político, e a teoria que da luz a nossa prática, é essencial para dar respostas às demandas que se apresentam. Porém, falar em marxismo, diante dos marcadores sociais como gênero, raça e sexualidade intimamente imbricados com a formação da nossa sociedade, tem causado diversas dúvidas e receios a essas abordagens mais específicas.

Nos remetendo ao lugar de oposição entre a diversidade e o que universal. Compreende-se que existe uma diversidade, indivíduos que diferem um dos outros nos mais diversos aspectos, a questão é refletir o que instituiu essa diferença, a história única difundida pela burguesia, coloca um ser que é universal, a partir disso, tudo que se torna mais distante desse ser universal mais é subalternizado e explorado pelo sistema e aí se inicia a identidade, que é forjada não apenas pelo o que o ser se identifica, mas pela diferença que é posta pelo sistema capitalista e que hoje enriquecem através das representatividades de forma comercial e não de mudança real societária.

A diversidade existe e está posta, como Iamamoto (2022) bem coloca: ela é potência. Porém, como colado anteriormente, essa diversidade faz parte de um processo capitalista, que como apontado na presente pesquisa, tem sua base no processo escravagista, se fundamenta na religião e na modernização ao qual os burgueses se apropriam. Logo, essa diversidade faz parte de uma unidade que é universal, a classe trabalhadora.

Não podemos perder de vista que a luta é contra o sistema, as temáticas não são convergentes e sim se encontram na complexidade de compreensão do real, a decolonialidade é sobre um projeto político de emancipação que auxilia no debate dessas intersecções. O Serviço Social faz parte desse emaranhado e por vezes acaba por reproduzir um pensar da sociedade sem a reflexão dessas devidas complexidades, também podemos afirmar que:

(...) nossa profissão não deve ser vista como a única que atravessa dificuldades no reconhecimento do racismo e de seu enfrentamento exposto nos currículos. Segundo, não se trata de cultivar uma crítica vazia, que nos coloca como conservadores/as nesse campo. Ao contrário, deve-se reconhecer que, como parte da sociedade capitalista, que tem no racismo um de seus sustentáculos, todas essas contradições atravessam nossa formação e fazer profissional. (Costa, p.102, 2021)

Para sanar tais dificuldades é necessário cada vez mais profissionais se debruçarem sobre o tema, no meio acadêmico levar tal pesquisa para a pós-graduação, sendo o compromisso de profissionais negros(as) ou não, para não cair na armadilha de que trabalhar essa perspectiva é de viés de militância ou apenas de profissionais, acadêmicas e acadêmicos negros.

Nesse sentido merece destaque o esforço que a ABEPSS, como entidade profissional que implementa o projeto de formação profissional no âmbito do Serviço Social no sentido de absorver os diferentes debates que adquirem importância e se expressam cada vez mais intensamente no Serviço Social. Considerando que o projeto profissional é fruto de uma coletividade que envolve discentes, assistentes sociais, pesquisadoras/es, docentes e as entidades representativas da profissão que articulam-se a partir de constantes encontros e debates, como forma de participar do processo de construção desse projeto de formação, que não se constitui de maneira endógena. Assim, entende-se que a ABEPSS de certa forma tem dado subsídios às discussões que se relacionam à colonialidade, além de vir fomentando mais fortemente os estudos étnico-raciais no Serviço Social. (Oliveira, p. 139, 2022)

Costa (2021) ainda nos indica que o enfrentamento dessas questões se dá de forma sistemática e coletiva, e que devemos reconhecer as/os intelectuais negras/os que vieram antes, e que abriram caminhos para o debate na profissão, com potencial de orientar um diálogo “intergeracional do Serviço Social”. Tal movimento constitui um exercício decolonial para o pensar e o fazer da profissão, nos conectando cada vez mais a emancipação humana definida por Marx.

A liberdade deve ser para todas, todes e todos e isso perpassa pelo entendimento da sociedade escravagista que deixou como legado a colonialidade que se estabelece com o capitalismo e deixa como herança a desumanização de alguns corpos. O método marxista é

fecundo para essa análise, partindo de uma compreensão local, discutindo de forma interdisciplinar em contribuição a concepção crítica-dialética.

O debate decolonial na profissão, na perspectiva do método de Marx, pautado de forma ética, não coloca essas teorias como opostas, afinal, como Losurdo (2020) bem coloca, sem os ensinamentos de Marx não poderíamos entender o século XX, bem como, a crise capitalista, a luta anticolonial e anti-imperialista. O movimento decolonial dentro das pesquisas, coloca a teoria crítica como fundamental para desvelar a realidade específica da América Latina e do Brasil, sendo assim um pesquisador(a), profissionais que tem o compromisso com a ética, compreendem que a teoria marxista e decolonial caminham concomitantemente.

CONCLUSÃO

Longe de sanar o debate nesse artigo. Na verdade, são indagações e prováveis caminhos a percorrer, a fim de descolonizar pensamento e práticas. As reflexões aqui pontuadas, foram feitas a partir de bibliografias selecionadas nesse primeiro momento de autores do Serviço Social e autores negros da tradição marxista que debatem a decolonialidade e o marxismo, junto a anseios que surgem no cotidiano da prática profissional, alinhado com a pesquisas acadêmicas.

Percebe-se, a necessidade e urgência de um marxismo para além dos muros acadêmicos, de um marxismo palpável, tendo negritado, mais do que nunca, quanto sua teoria e seu método precisam estar sempre sendo revisitados, aprofundados, para desvendar a realidade, pensar em um projeto societário diferente do que está posto para superação do capitalismo, por um projeto complexo, que visa a emancipação humana e política, tida aqui como uma luta anticapitalista e antirracista.

Para tal, caminhar para a decolonialidade, buscando justamente o contra ponto da colonialidade, das histórias que são impostas a partir de um centro europeu, que por vezes não considera as questões como gênero, raça, sexualidade, território, geração, faz com que a atuação e a própria forma de enxergar esses atravessamentos, sejam enviesados para uma linha tênue entre verdade científica e preconceitos, racismo, sexismo, homofobia, entre outros, que também, por muitos anos, tiveram bases científicas para justificar sua existência.

Visando a mudança radical do *status quo*, precisamos criar caminhos para superar a hegemonia colonial e buscar cada vez mais contar a nossa própria história e através dela criar

e recriar estratégias de emancipação humana, em busca de humanismo real, por uma sociedade que possa respeitar todo e qualquer tipo de diferença. A profissão do Serviço Social tem reforçado seu papel para a contribuição dessas mudanças, sendo de suma importância a profissão então estar alinhada com as demandas societárias e as urgências por ela suscitadas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnias e Sociedades não Ocidentais**. São Paulo, Boi Tempo, 2019.

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social Utopia e Realidade: uma visão da história**. Cad. Ser.soc., Belo Horizonte, v.2, n.2, p 25 – 71, 1997.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**.

EURICO, Márcia C. Et al. **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Campinas, Edt. Papel Social, 2021.

HERRERA, Remy. **A colonização vista por Marx: para além de alguns mal-entendidos...** Argum, Vitória, v.11, n.1, p. 42-55, jan/abr. 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. [Tradução de Célia Neves e Alderico Turibio] 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna).

LOSURDO, Domenico. **Contra História do Liberalismo**. São Paulo, Ideias & Letras, 2006.

_____. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**; orga. Jones Manuel; 1.Ed. São Paulo. Boi Tempo, 2020.

MANOEL, Jones. **Sobre Marx nas margens**. The International Marxist-Huanist, 2019. Disponível em: <<https://imhojournal.org/articles/marx-era-um-pensador-eurocentrico-eracista/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARX, K. Engels,F. **A ideologia alemã**. São Paulo. Editora Boitempo, 2007.

_____. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Editora Boitempo, 2010.

MUSTAFÁ, Alexandra, **Ética no serviço social brasileiro: filosofia, política e formação profissional: um olhar geral para divulgação no serviço social italiano**. Recife, Editora UFPE, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014

SILVA, Mariana Favareto. QUINTELLE, Siumara Silvira Melo. **A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e ontológico na definição de um objeto de investigação científica**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro –SP,1(1):245-256,2014. Disponível em:

<<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074624.pdf>>. Acessado:26/05/2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVIO, Almeida. **Marxismo e Questão Racial**. São Paulo, Boi Tempo, 2016. TONET, Ivo. **Modernidade, pós-modernidade e razão**. Revista Temporalis, Brasília, ano 5, n.10, 2005. P. 5-12.